

HABEAS CORPUS Nº 568.182 - SP (2020/0073115-2)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : ADRIANO ROBERTO COSTA
ADVOGADO : ADRIANO ROBERTO COSTA - SP233286
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIO LUIS SIQUEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **FABIO LUIS SIQUEIRA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no **Habeas Corpus n. 2001780-43.2020.8.26.0000**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções, em 7/1/2020, indeferiu o pleito do paciente de concessão de livramento condicional (fls. 36-37).

Irresignada, a Defesa ajuizou o prévio **writ** perante o eg. Tribunal de origem, que concedeu a ordem, parcialmente, nos termos do v. acórdão de fls. 9-17.

No presente **writ**, o impetrante alega que, *"até agora (22/03/2020) o Paciente continua preso e a decisão do Tribunal de São Paulo não foi cumprida, mesmo tendo sido reconhecida a ilegalidade do indeferimento do livramento condicional e estando preenchidos requisitos legais (objetivo e subjetivo) do art. 83 do CP"* (fl. 5).

Aduz que *"estão comprovados requisitos do artigo 83 do CP, ou seja, para o livramento condicional, senão lapso temporal (objetivo), inclusive, segundo cálculo (juntado) desde 13/08/2018 e subjetivo com exame criminológico favorável, também acostado"* (fl. 5).

Requer, ao final, o deferimento de liminar *"para permitir ao Paciente que aguarde em prisão domiciliar a decisão final do presente writ, nos termos da Resolução 62/2020 do CNJ"* relacionada à crise do corona vírus

(fl. 7).

Pugna, por fim, a concessão da ordem "*para ratificar a liminar concedida e deferi ao Paciente o livramento condicional ou, subsidiariamente permitir que aguarde o julgamento final do pedido de livramento condicional formalizado junto à Vara das Execuções em prisão domiciliar*" (fl. 8).

É o relatório.

Decido.

Prima facie, no que tange ao pedido liminar relativo à crise mundial relacionada ao novo corona vírus, não consta dos autos se o tema já foi analisado pelas instâncias ordinárias, mais próximas do ambiente carcerário e mais aptas, portanto, a realizar as verificações necessárias para o cumprimento do que determina a Recomendação n . 62/2020 do CNJ.

Ademais, a ausência de manifestação do eg. Tribunal de origem sobre matéria aventada em **habeas corpus** ajuizado perante esta Corte Superior inviabiliza o seu conhecimento, **sob pena, como consabido, de indevida supressão de instância.**

Além disso, a análise dos pleitos excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

P. I.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator